

GEO **FRONTER**

ISSN: 2447-9195

A GEOECONOMIA DO GRÃO: A RELAÇÃO SINO- BRASILEIRA NO MERCADO GLOBAL DA SOJA

The geoeconomics of grain: the sino-brazilian relationship in the global soybean market

La geoeconomía del grano: la relación sino-brasileña en el mercado global de la soja

Francisco Moacir de Saboia Filho

Universidade Federal do Ceará – UFC

Iara Rafaela Gomes

Universidade Federal do Ceará – UFC

Resumo: O artigo analisa a relação geoeconômica entre Brasil e China no mercado global da soja no período de 2000 a 2024, com o objetivo de caracterizar a natureza dessa interdependência e evidenciar suas assimetrias estruturais e vulnerabilidades estratégicas para o Brasil. A pesquisa adota as abordagens quantitativa e analítica, com base em dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e de outras fontes institucionais, mobilizando séries históricas, indicadores de concentração e análise comparativa. Os resultados demonstram que a consolidação do Brasil como principal exportador mundial de soja está fortemente associada à demanda chinesa, responsável por parcela majoritária das exportações, configurando um padrão de inserção internacional concentrado e dependente. Conclui-se que, embora economicamente relevante, essa relação reforça a especialização primária da economia brasileira e amplia sua vulnerabilidade geoeconômica, indicando a necessidade de estratégias de diversificação de mercados e de agregação interna de valor.

Palavras-chave: Soja; Geoeconomia; Brasil-China; Comércio Exterior.

Abstract: The article analyzes the geoeconomic relationship between Brazil and China in the global soybean market from 2000 to 2024, with the objective of characterizing the nature of this interdependence and highlighting its structural asymmetries and strategic vulnerabilities for Brazil. The research adopts quantitative and analytical approaches, based on official data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Ministry of Development, Industry, Trade and Services, as well as other institutional sources, mobilizing historical series, concentration indicators, and comparative analysis. The results show that the consolidation of Brazil as the world's leading soybean exporter is strongly associated with Chinese demand, which accounts for a majority share of exports, configuring a pattern of international insertion that is concentrated and dependent. It is concluded that, although economically relevant, this relationship reinforces the primary specialization of the Brazilian economy and increases its geoeconomic vulnerability, indicating the need for strategies aimed at market diversification

and domestic value addition.

Keywords: Soybean; Geoeconomics; Brazil-China; Foreign Trade.

Resumen: El artículo analiza la relación geoeconómica entre Brasil y China en el mercado global de la soja en el período comprendido entre 2000 y 2024, con el objetivo de caracterizar la naturaleza de esta interdependencia y evidenciar sus asimetrías estructurales y vulnerabilidades estratégicas para Brasil. La investigación adopta enfoques cuantitativo y analítico, basándose en datos oficiales del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, del Ministerio de Desarrollo, Industria, Comercio y Servicios, así como de otras fuentes institucionales, movilizándolo series históricas, indicadores de concentración y análisis comparativo. Los resultados demuestran que la consolidación de Brasil como principal exportador mundial de soja está fuertemente asociada a la demanda china, responsable de una parte mayoritaria de las exportaciones, configurando un patrón de inserción internacional concentrado y dependiente. Se concluye que, aunque económicamente relevante, esta relación refuerza la especialización primaria de la economía brasileña y amplía su vulnerabilidad geoeconómica, lo que indica la necesidad de estrategias de diversificación de mercados y de agregación de valor interno.

Palabras clave: Soja; Geoeconomía; Brasil-China; Comercio Exterior.

Introdução

A soja foi incorporada ao território brasileiro no final do século XIX, encontrando inicialmente melhores condições de adaptação nas regiões de clima subtropical do Sul do país, com destaque para o Rio Grande do Sul, a partir das primeiras décadas do século XX (Dall’Agnol et al., 2007). Entretanto, foi a partir da década de 1970 que a cultura passou por um processo decisivo de expansão, associado à chamada “tropicalização” da soja para os solos do Cerrado, sobretudo na região do Centro-Oeste (Cunha, 2020). Esse movimento resultou do avanço da pesquisa agropecuária, da atuação do Estado e da consolidação de um Sistema Nacional de Inovação, no qual a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desempenhou papel central ao viabilizar a adaptação genética da cultura a novas condições edafoclimáticas (Espíndola; Cunha; Jabbour, 2024).

Como consequência, a produção nacional expandiu-se territorialmente, mantendo sua base histórica no Sul do país, ao mesmo tempo em que se ampliou de forma expressiva para o Centro-Oeste, alcançando posteriormente o Matopiba (região que abrange partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e, mais recentemente, áreas da Amazônia Legal e do litoral nordestino. Esse processo de expansão produtiva esteve diretamente associado à difusão da agricultura científica e à intensificação do uso de tecnologias, redefinindo os sistemas produtivos e as relações entre campo e cidade (Elias, 2003; Espíndola; Cunha, 2015).

No centro dessa dinâmica geoeconômica destaca-se a relação comercial estabelecida entre Brasil e China. De um lado, o Brasil consolidou-se desde o início do século XXI como um dos principais exportadores mundiais de soja, apoiado em ganhos de produtividade, expansão territorial e incorporação intensiva de inovações tecnológicas. Por outro lado, a China afirmou-se como o principal polo importador global da commodity, impulsionada pelo rápido processo de urbanização, pela elevação da renda média e pela transição nos padrões alimentares de sua população (Jia et al., 2025). A intensificação desse fluxo sino-brasileiro conferiu à soja papel central nas balanças comerciais de ambos os países e produziu um vínculo de interdependência com implicações estratégicas de longo prazo.

A importância da cadeia da soja para a economia brasileira é amplamente reconhecida, uma vez que os agronegócios responderam por 26,6% do Produto Interno Bruto nacional em 2020, com a soja ocupando posição de destaque nesse desempenho (IBGE, 2021; CEPEA, 2021). No mesmo ano, o Valor Bruto da Produção do complexo soja alcançou R\$ 250,7 bilhões, equivalente a 41,97% do VBP das lavouras do país (ABIOVE, 2021), refletindo não apenas a escala produtiva atingida, mas também uma trajetória histórica marcada por profundas transformações espaciais e tecnológicas.

Paralelamente, a demanda chinesa passou a redefinir o destino da soja brasileira, sobretudo após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, que intensificou sua inserção nos fluxos comerciais globais e ampliou significativamente as importações de commodities agrícolas, tornando a soja peça-chave dessa estratégia em função de sua elevada concentração proteica e de sua centralidade na produção de rações para os setores de suinocultura e avicultura (Espíndola; Cunha, 2015).

É nesse contexto que se insere a principal reflexão deste artigo: a intensa integração comercial entre Brasil e China no mercado da soja, que apesar de economicamente vantajosa no curto prazo configura uma relação de interdependência assimétrica ao ampliar as vulnerabilidades geoeconômicas do Brasil no médio e longo prazos.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é caracterizar a natureza geoeconômica da relação sino-brasileira no mercado da soja entre 2000 e 2024, identificando seus fundamentos estruturais, seus benefícios mútuos e, em especial, as assimetrias e riscos que dela decorrem. De forma específica, busca-se: (i) reconstituir a trajetória de inserção competitiva do Brasil no circuito global da soja; (ii) refletir sobre a evolução da dependência do mercado chinês e seus impactos sobre a pauta exportadora nacional; (iii) discutir perspectivas futuras, com ênfase em estratégias de diversificação de mercados e agregação de valor.

A relevância desta investigação reside na centralidade da soja para a economia brasileira, tanto como principal fonte de divisas quanto como elemento estruturante do superávit comercial, bem como nas implicações de longo prazo do padrão de especialização em commodities primárias, que, embora não constitua obstáculo intrínseco ao avanço tecnológico, tende a reforçar a concentração produtiva, econômica e territorial, limitando a diversificação econômica e a distribuição dos ganhos ao longo da cadeia. Compreender essa relação é fundamental para o debate sobre desenvolvimento, soberania econômica e inserção internacional do Brasil.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem quantitativa-descritiva e analítica, com base em dados secundários provenientes de fontes oficiais nacionais e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior (Comex Stat), plataforma oficial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a plataforma DataViva, considerando o período de 2000 a 2024. Empregam-se indicadores de concentração e análise comparativa, articulados a levantamento bibliográfico sistemático, que subsidia a interpretação dos dados à luz dos referenciais da geoeconomia e das cadeias globais de valor. O método exploratório-comparativo, conforme Gil (2008), mostra-se adequado para contrastar as estratégias dos principais atores do mercado mundial de soja.

Após esta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções. A primeira, “Trajetória histórica e consolidação competitiva da soja no Brasil”, analisa a formação e a expansão da sojicultura brasileira. A segunda, “O panorama geoeconômico de exportação da soja brasileira e a centralidade chinesa”, examina a dependência do mercado chinês. A terceira, “Impasses estruturais e perspectivas estratégicas do agronegócio da soja no Brasil”, discute as vulnerabilidades e possibilidades de reorientação estratégica. Por fim, as considerações finais

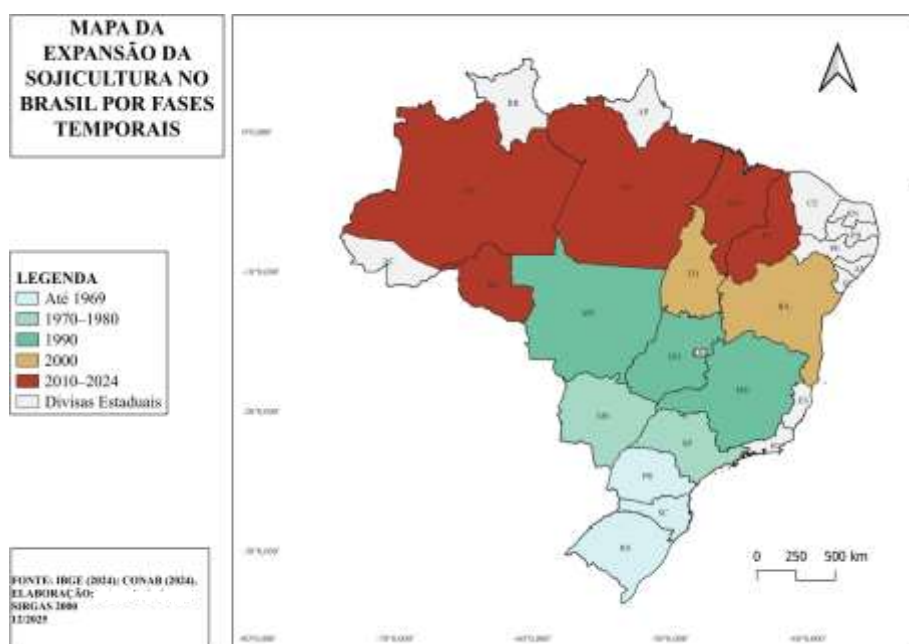
sintetizam os principais achados.

Trajetória histórica e consolidação competitiva da soja no Brasil

Até meados do século XX, a soja ocupava posição marginal no conjunto da agricultura brasileira. Sua produção manteve-se restrita, sobretudo, às regiões de clima subtropical do Sul do país, especialmente ao Rio Grande do Sul, onde as condições climáticas favoreceram sua adaptação inicial. Conforme aponta Dall’Agnol et al. (2007), a cultura permaneceu por décadas associada a usos secundários, sendo destinada majoritariamente à forragem e à alimentação animal, além de integrar sistemas de rotação com trigo e milho. Nesse período, a soja ainda não exercia papel estratégico na pauta exportadora brasileira nem se configurava como elemento estruturante da organização territorial do espaço agrário nacional.

A consolidação do Brasil como principal potência exportadora mundial da soja resulta de um processo histórico cumulativo, marcado por profundas transformações técnicas, institucionais e territoriais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Conforme analisam Espíndola e Cunha (2015, p. 233), as vantagens da cadeia produtiva da soja brasileira não decorrem de “vantagens comparativas naturais”, mas de “vantagens competitivas agroindustriais”, forjadas por combinações tecnológicas, institucionais e territoriais.

Figura 1 - Mapa da Expansão da Sojicultura ao longo das décadas no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e da CONAB, 2024.

Esse quadro começou a se modificar de maneira mais sistemática a partir da década de 1960, no contexto do avanço da modernização agrícola. A incorporação crescente de insumos industriais, máquinas, crédito e pesquisa científica inseriu a agricultura brasileira em um novo patamar técnico, aproximando-a das lógicas industriais e financeiras. Como argumenta Elias (2003), a difusão da agricultura científica não apenas transformou os sistemas produtivos, mas também redefiniu profundamente as relações entre campo e cidade, instaurando novas dinâmicas socioespaciais e novas formas de urbanização vinculadas ao agronegócio.

O ponto de inflexão ocorreu nos anos 1970, com a adaptação da soja às condições edafoclimáticas do Cerrado brasileiro. Até então, esse bioma era amplamente percebido como um espaço de baixa aptidão agrícola, em função de seus solos ácidos, pobres em nutrientes e da irregularidade climática. A superação desses limites foi viabilizada pelo fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação Agropecuária, com destaque para a criação da Embrapa, em 1973, a atuação da empresa foi decisiva para o desenvolvimento de cultivares adaptadas às baixas latitudes, ao fotoperíodo tropical e às especificidades químicas dos solos do Cerrado, abrindo caminho para a interiorização da fronteira agrícola (Espíndola; Cunha, 2020).

Esse processo, amplamente conhecido como “tropicalização da soja”, não se restringiu ao melhoramento genético das sementes. Ele envolveu um conjunto articulado de inovações técnicas, como a correção química dos solos por meio da calagem, o uso intensivo de fertilizantes fosfatados, a mecanização em larga escala e a incorporação de sistemas produtivos altamente padronizados. Como sintetizam Espíndola, Cunha e Jabbour (2024), a transformação do Cerrado em uma das maiores regiões produtoras de grãos do mundo constitui um dos mais expressivos casos de desenvolvimento agrícola baseado na ciência em países tropicais.

Nesse sentido, a incorporação produtiva do Cerrado não pode ser interpretada como mera expansão espacial da agricultura, mas como uma profunda reconfiguração técnico-científica e territorial. Conforme destacam Espíndola, Cunha e Jabbour (2024, p. 55–56), a tropicalização da soja, capitaneada pelo Estado brasileiro, transformou o Cerrado na maior área produtiva tropical de grãos do mundo e converteu a cadeia da soja em um dos principais casos de sucesso da agricultura nacional.

A partir desse momento, o Cerrado passou a ocupar posição central na geografia da soja brasileira, promovendo o deslocamento progressivo do eixo produtivo do Sul para o Centro-Oeste. O estado do Mato Grosso emergiu como principal polo produtor nacional, concentrando elevados volumes de produção e articulando-se a complexas redes de

circulação, armazenamento e financiamento. Esse deslocamento representou uma mudança estrutural na organização do território agrícola brasileiro, posteriormente ampliada com a incorporação do Matopiba como nova fronteira de expansão (Cunha, 2020).

Simultaneamente à reorganização territorial, intensificou-se, a partir dos anos 1990, um processo de modernização tecnológica que redefiniu os padrões de produtividade e competitividade da soja brasileira, com a difusão das sementes geneticamente modificadas e da agricultura de precisão. Tecnologias como GPS, sensoriamento remoto e mapeamento de solos consolidaram um modelo produtivo intensivo em capital, associado à reestruturação do agronegócio e à crescente articulação entre campo e cidade (Espíndola; Cunha, 2015; Von Dentz, 2018).

Nesse contexto, a soja afirma-se como vetor da articulação campo–cidade, impulsionando as chamadas “cidades do agronegócio”, cujas dinâmicas urbanas se subordinam às demandas da produção agrícola moderna (Elias; Pequeno, 2007). A comparação apresentada na tabela a seguir evidencia mudanças na hierarquia dos principais municípios produtores, combinando a permanência de polos consolidados ao surgimento de novos núcleos associados à expansão da fronteira agrícola.

Tabela 1: Os 20 municípios que mais produziram soja em grão no Brasil e sua participação relativa na produção nacional (2000 e 2024)

Posição	2000				2024				
	Município	Estado	Quantidade produzida (t)	% do Brasil	Município	Estado	Quantidade produzida (t)	% do Brasil	
1	Sorriso	MT	1.106.800	3,38%	São Desidério	BA	2.092.944	1,45%	
2	Rio Verde	GO	1.020.000	3,11%	Sorriso	MT	2.084.520	1,44%	
3	Barreiras	BA	984.500	3,00%	Formosa do Rio Preto	BA	1.958.821	1,36%	
4	Campo Novo do Parecis	MT	905.400	2,76%	Rio Verde	GO	1.572.500	1,09%	
5	Sapezal	MT	882.300	2,69%	Nova Ubiratã	MT	1.500.600	1,04%	
6	Diamantino	MT	841.600	2,56%	Cristalina	GO	1.323.300	0,92%	
7	Jataí	GO	820.000	2,50%	Querência	MT	1.230.000	0,85%	
8	Primavera do Leste	MT	798.200	2,43%	Jataí	GO	1.170.000	0,81%	
9	Nova Mutum	MT	760.500	2,32%	São Félix do Araguaia	MT	1.164.706	0,81%	
10	Canarana	MT	742.900	2,26%	Campo Novo do Parecis	MT	1.141.652	0,79%	
11	Rondonópolis	MT	710.000	2,16%	Nova Mutum	MT	1.140.000	0,79%	
12	São Desidério	BA	695.400	2,12%	Sapezal	MT	1.123.911	0,78%	
13	Formosa do Rio Preto	BA	672.800	2,05%	Pessegem	MT	1.120.177	0,78%	
14	Marechal	MS	655.300	2,00%	Diamantino	MT	1.014.303	0,70%	
15	Itumbiera	GO	632.000	1,93%	Baixa Grande do Ribeiro	PI	1.007.447	0,70%	
16	Campo Grande	MS	610.500	1,86%	Brasnorte	MT	966.817	0,67%	
17	Uberaba	MG	598.700	1,82%	Barreiras	BA	960.671	0,66%	
18	Querência	MT	580.000	1,77%	Luís Eduardo Magalhães	BA	926.476	0,64%	
19	Ponta Porã	MS	564.900	1,72%	Primavera do Leste	MT	904.800	0,63%	
20	Uruaçu	PI	548.200	1,67%	Ponta Porã	MS	869.400	0,60%	
Total dos 20 municípios			15.132.000	46,11%	Total dos 20 municípios			25.273.045	17,51%
Total Brasil			32.820.826	100%	Total Brasil			144.473.768	100%

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), 2000 e 2024. Elaboração própria.

A análise dos vinte municípios líderes na produção de soja em grão, nos anos de 2000 e 2024, evidencia uma reconfiguração da geografia produtiva brasileira e o processo de territorialização seletiva do agronegócio da soja. Em 2000, a produção concentrava-se em polos consolidados do Centro-Oeste e do Oeste baiano, como Sorriso (MT), Rio Verde (GO), Barreiras (BA), Campo Novo do Parecis (MT) e Sapezal (MT), que já ultrapassaram 880 mil toneladas anuais, configurando os núcleos iniciais da soja tropicalizada e organizando circuitos produtivos intensivos em mecanização, correção química dos solos e uso de insumos industriais, fortemente integrados aos mercados externos.

Em 2024, observa-se não apenas a permanência desses polos históricos, mas sobretudo o surgimento de novos núcleos de alta intensidade produtiva, indicando a expansão e o adensamento da fronteira agrícola moderna. Municípios como São Desidério e Formosa do Rio Preto (BA), Nova Ubiratã, Querência, Paranatinga e Brasnorte (MT), Baixa Grande do Ribeiro (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA) passam a figurar entre os maiores produtores

nacionais, com volumes que superam, em vários casos, a produção total dos líderes do início dos anos 2000.

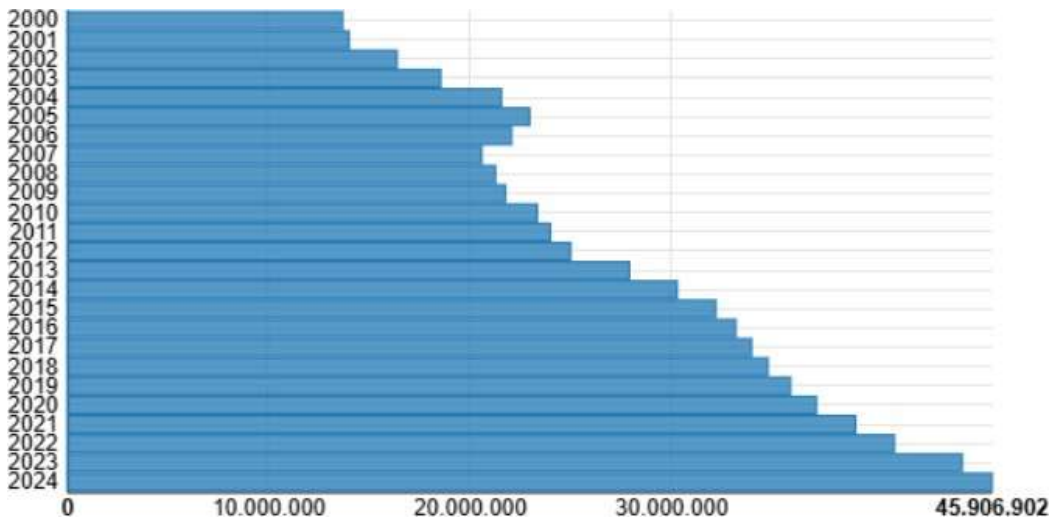
A ascensão de São Desidério à primeira posição nacional, com produção superior a 2 milhões de toneladas, evidencia a consolidação do Oeste baiano como um dos principais polos contemporâneos da sojicultura brasileira, articulado à expansão da fronteira agrícola do Matopiba e à incorporação de grandes áreas ao circuito produtivo moderno.

A expansão da soja não pode ser explicada como fruto exclusivo da racionalidade mercantil ou da ação isolada dos agentes privados. Ao contrário, como destaca Elias (2021), trata-se de uma manifestação concreta, na qual o Estado desempenha papel central ao articular pesquisa agropecuária, crédito, infraestrutura e ordenamento territorial, viabilizando a incorporação de novas áreas aos circuitos produtivos modernos.

As transformações territoriais associadas à expansão da soja não podem ser explicadas apenas pelo avanço do meio técnico-científico-informacional ou pela inserção nos mercados internacionais. Embora esse processo seja fundamental para compreender a articulação do espaço agrário aos fluxos globais (Santos; Silveira, 2001), o território brasileiro apresenta dinâmicas históricas próprias que condicionam sua materialização. Assim, a expansão da sojicultura resulta da articulação entre demandas externas, estratégias estatais, estruturas produtivas internas e a atuação de complexos agroindustriais, produzindo efeitos territoriais desiguais e não homogêneos.

Diante desse quadro, a análise das transformações territoriais associadas à soja ultrapassa a constatação abstrata do avanço do meio técnico-científico-informacional, voltando-se à forma como esse processo se materializa no território brasileiro. Conforme mostra o Gráfico 1, a evolução da área colhida evidencia a reorganização técnico-produtiva da sojicultura, marcada pela intensificação produtiva e pela crescente integração da agricultura brasileira aos circuitos globais do agronegócio.

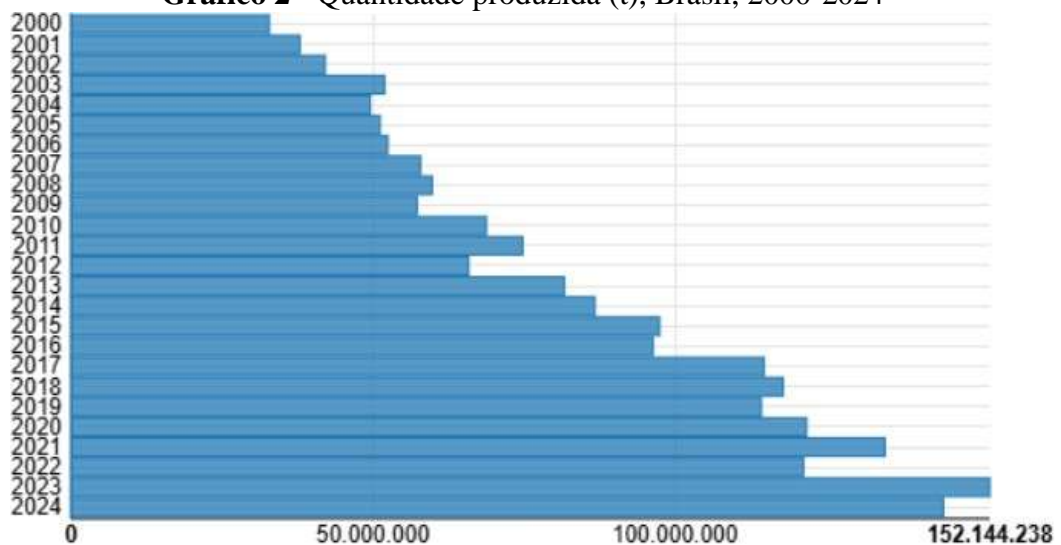
Gráfico 1- Área colhida (ha), Brasil, 2000-2024



Fonte: IBGE – PAM (2025).

A análise da produção de soja no Brasil, no período de 2000 a 2024, evidencia uma trajetória marcada pela intensificação produtiva contínua, resultante da combinação entre expansão da área cultivada e ganhos de produtividade. Esse comportamento indica a consolidação de um modelo agrícola altamente tecnificado, no qual o aumento da produção ocorre de forma sistemática e planejada, refletindo a crescente integração da sojicultura aos circuitos nacionais e internacionais do agronegócio. Conforme apresenta o Gráfico 2, a evolução da quantidade produzida revela a ampliação sustentada da produção ao longo do período analisado.

Gráfico 2 - Quantidade produzida (t), Brasil, 2000-2024



Fonte: IBGE – PAM (2025).

A produção física de soja no Brasil, entre 2000 e 2024, apresenta trajetória de intensificação técnica contínua e crescimento sustentado, avançando de volumes inferiores a 40 milhões de toneladas no início dos anos 2000 para patamares superiores a 150 milhões de toneladas em 2024, o que confirma a consolidação da soja como eixo estruturante do agronegócio brasileiro. Esse crescimento resulta menos da ampliação das áreas cultivadas e mais da elevação sistemática da produtividade média, associada à difusão da agricultura científica, à incorporação de biotecnologias, à mecanização intensiva e ao uso crescente de sistemas de agricultura de precisão (Espíndola; Cunha, 2015; Espíndola; Cunha; Jabbour, 2024).

Embora a produção física de soja apresente variações anuais ao longo do período analisado, essas oscilações não anulam a tendência estrutural de crescimento sustentado, pois refletem condicionantes climáticos, ajustes técnicos e dinâmicas produtivas específicas. A análise da quantidade produzida evidencia a consolidação do complexo soja como eixo estruturante do agronegócio nacional, ancorado nos ganhos técnicos internos decorrentes da difusão da agricultura científica, da incorporação de biotecnologias e da intensificação dos sistemas produtivos (Cunha, 2020; Espíndola; Cunha, 2015), reforçando a centralidade do Brasil nos circuitos internacionais de exportação de soja.

Entre 2000 e 2024, a expansão da soja acompanhou e reforçou a crescente centralidade do agronegócio na economia brasileira, cuja participação no Produto Interno Bruto passou de cerca de 20% no início dos anos 2000 para patamares próximos de 26% a 27% nos anos 2020, segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (CEPEA/ESALQ–USP), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse período, a soja consolidou-se como principal componente do Valor Bruto da Produção agrícola, respondendo por mais de 40% do VBP das lavouras em anos recentes, em um processo associado ao aumento da produtividade, à expansão territorial no Cerrado e à intensificação das exportações, sobretudo após a consolidação da China como principal mercado comprador.

O Brasil, já dotado de elevada capacidade produtiva, passou a ocupar posição estratégica no sistema internacional de abastecimento alimentar. Como destaca Vieira et al. (2019, p. 7), “no cenário mundial futuro, o Brasil detém grandes oportunidades de negócios e também responsabilidades na produção e no abastecimento de alimentos no mundo”, sendo que “o aumento populacional e a elevação da renda são particularmente importantes para a

China”, o que reforça a centralidade da demanda chinesa na reorganização do mercado global de grãos.

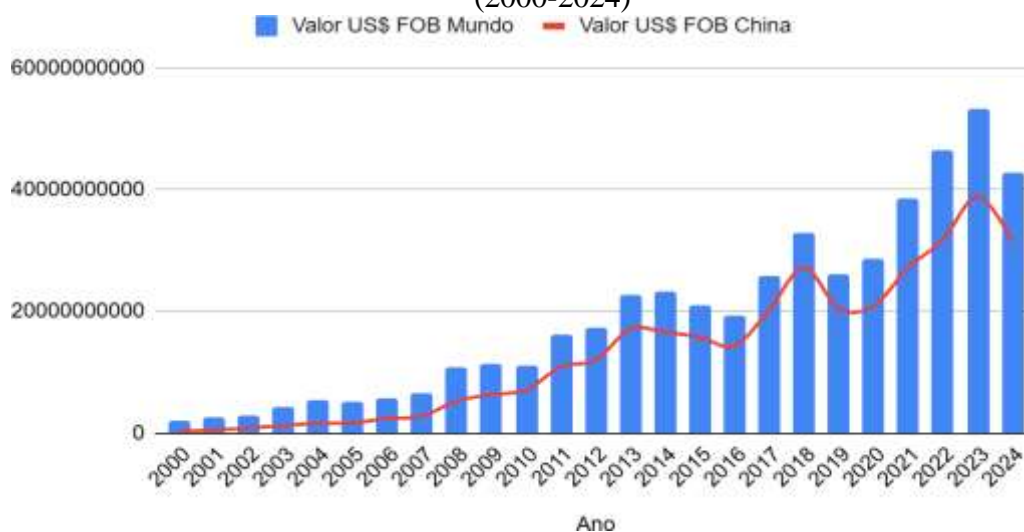
Dessa forma, a trajetória histórica da soja no Brasil revela não apenas um caso de sucesso produtivo, mas também os fundamentos estruturais de uma inserção internacional marcada pela especialização primária, pela dependência de mercados externos e pela reprodução de desigualdades socioespaciais. Essa base histórica e territorial é indispensável para compreender os contornos da relação sino-brasileira no mercado global da soja, bem como as assimetrias e vulnerabilidades que dela decorrem.

O panorama geoeconômico das exportações da soja brasileira e a centralidade chinesa

O agronegócio da soja no Brasil constitui um sistema produtivo e territorial complexo, cuja compreensão exige a articulação de dimensões econômicas, espaciais, políticas e geoestratégicas, extrapolando a esfera agrícola estrita e afirmando-se como eixo estruturante da economia nacional e da inserção internacional do país. Ao articular ciência, infraestrutura, finanças, comércio exterior e políticas públicas, a soja conforma um sistema territorial de exportação orientado pelas dinâmicas do mercado global (Espíndola; Cunha, 2015; Elias, 2021).

Sob a ótica da geoeconomia, a soja desempenha papel ambíguo ao sustentar a geração de divisas e o superávit comercial, ao mesmo tempo em que reforça um padrão de especialização primária dependente de poucos mercados compradores e sensível a oscilações externas (Cunha, 2020; Jabbour; Espíndola, 2024). Essa ambiguidade expressa-se nos fluxos de comércio exterior, dada a forte articulação da expansão da soja brasileira à dinâmica dos mercados internacionais, em especial à centralidade do mercado chinês, conforme indica o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Valor total das exportações brasileiras de soja e valor destinado à China (2000-2024)



Fonte: Comex Stat (2025).

A análise da série histórica do valor das exportações brasileiras de soja em grão, no período de 2000 a 2024, revela a consolidação progressiva de uma estrutura comercial fortemente concentrada e geoeconomicamente assimétrica, com a China ocupando posição central no circuito global da commodity. Ao longo dessas duas décadas, o valor total exportado pelo Brasil apresentou crescimento expressivo, mas esse avanço não se distribuiu de forma equilibrada entre os mercados compradores. Ao contrário, observa-se a construção histórica de uma concentração crescente em um único destino: o mercado chinês.

Nos primeiros anos da década de 2000, a participação da China nas exportações brasileiras de soja ainda se encontrava em processo de consolidação, mas já apresentava trajetória ascendente, intensificando-se de forma decisiva a partir do ingresso na Organização Mundial do Comércio em 2001. A partir desse marco, a China passa a ampliar continuamente sua participação relativa, até assumir posição hegemônica na absorção do grão brasileiro ao longo da década de 2010.

Esse padrão atinge níveis particularmente elevados no recorte mais recente. Em 2020, a China absorveu cerca de US\$ 20,9 bilhões de um total de US\$ 28,6 bilhões exportados pelo Brasil, o que já representava mais de dois terços das exportações de soja. Em 2021, esse valor se elevou para aproximadamente US\$ 27,2 bilhões de um total de US\$ 38,6 bilhões. Em 2022, a China concentrou cerca de US\$ 31,7 bilhões de um total de US\$ 46,5 bilhões exportados. Em 2023, o valor exportado ao país asiático atingiu aproximadamente US\$ 38,9 bilhões de um total de US\$ 53,2 bilhões, e, em 2024, manteve-se elevado, com cerca de US\$

31,4 bilhões de um total de US\$ 42,9 bilhões.

Esse comportamento confirma o argumento de Espíndola e Cunha (2015; 2022), segundo os quais a competitividade contemporânea da soja brasileira está estruturalmente ancorada na demanda chinesa e não em um processo de diversificação de mercados, o que insere o Brasil em uma posição funcionalizada dentro das cadeias globais de valor. Para os autores, a relação sino-brasileira no mercado da soja configura uma interdependência assimétrica, na qual o Brasil ocupa predominantemente os elos primários da cadeia, enquanto a China concentra os segmentos industriais e de agregação de valor.

Essa dinâmica territorializada do agronegócio pode ser interpretada à luz do conceito de agricultura científica e urbanização funcional formulado por Elias (2006; 2021), segundo o qual extensas áreas do território brasileiro passam a atender prioritariamente às exigências de mercados externos, subordinando-se aos circuitos globais de acumulação. Nesse contexto, o crescimento das exportações de soja não se traduz automaticamente em maior autonomia econômica, mas no aprofundamento de um padrão de especialização primária dependente.

Conforme Cunha (2020), tal padrão amplia a vulnerabilidade estrutural do país, uma vez que o submete às flutuações de um mercado comprador dominante e restringe sua margem de manobra diante de choques de demanda, disputas geopolíticas ou alterações na estratégia de abastecimento da China. Trata-se, portanto, de um modelo de inserção internacional que combina ganhos quantitativos de curto prazo com fragilidades geoeconômicas de longo prazo.

Esse desempenho revela a capacidade do setor de mobilizar capitais, tecnologias e trabalho em larga escala, mas também evidencia sua centralidade na estrutura produtiva do país. Como observam Espíndola e Cunha (2015), a soja tornou-se o principal eixo articulador do agronegócio brasileiro, exercendo forte influência sobre decisões de investimento, políticas de crédito, expansão da infraestrutura e organização do território.

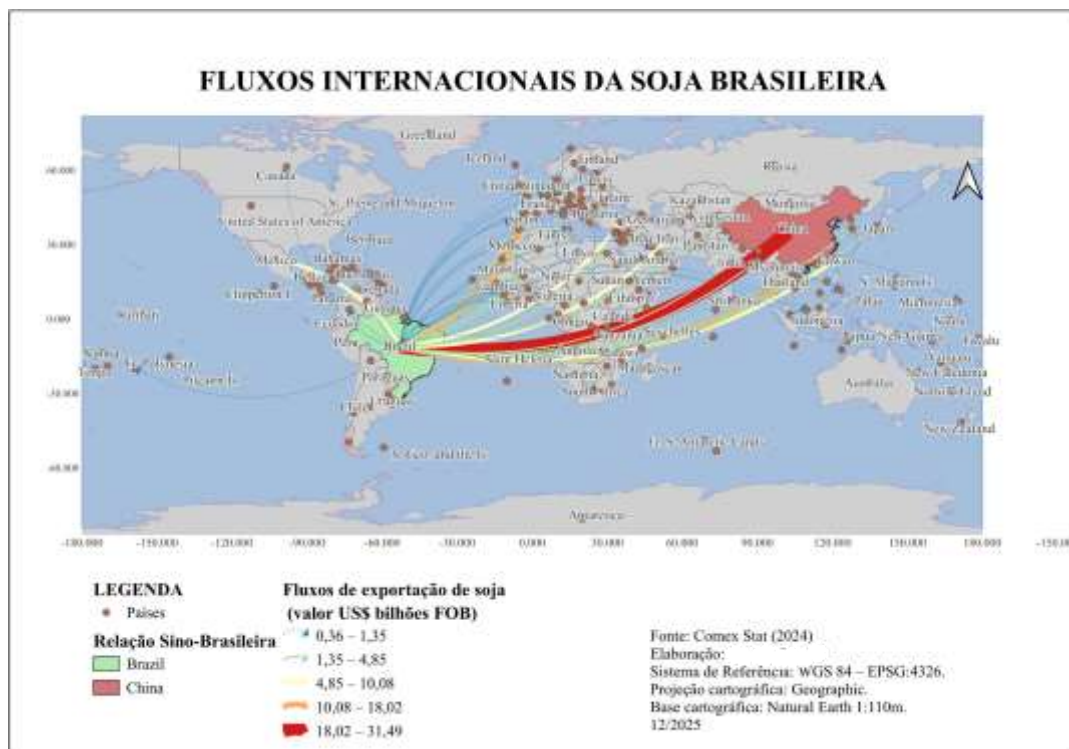
Entretanto, a importância econômica da soja não se limita ao setor primário. O grão estrutura uma ampla cadeia produtiva que envolve a indústria de insumos químicos, máquinas agrícolas, biotecnologia, serviços financeiros, armazenagem, transporte e comércio exterior. Conforme argumenta Von Dentz (2018), o agronegócio da soja deve ser compreendido como um sistema de acumulação territorializado, no qual os excedentes gerados no campo são redistribuídos espacialmente, materializando-se tanto em investimentos produtivos quanto em ativos imobiliários e financeiros, especialmente nas cidades localizadas no interior das regiões produtoras.

No âmbito do comércio exterior, a soja assume papel ainda mais decisivo. O complexo

soja, formado pelo grão in natura, pelo farelo e pelo óleo, figura há anos como o principal item da pauta exportadora brasileira, respondendo por aproximadamente 20% a 25% do valor total exportado pelo país. Esse desempenho explica, em grande medida, o superávit estrutural do agronegócio, que tem compensado déficits recorrentes de setores industriais de maior valor agregado (Espíndola; Cunha, 2022).

Como destaca Cunha (2020), a crescente dependência das exportações de soja reforça um padrão histórico de inserção internacional baseado na especialização em commodities primárias, limitando as possibilidades de diversificação produtiva e tecnológica da economia brasileira. Nesse contexto, a soja atua simultaneamente como vetor de dinamismo econômico e elemento de fragilização estrutural da inserção externa do país, sobretudo porque sua complexa rede produtiva e logística converge de forma crescente para o mercado chinês, principal destino das exportações brasileiras do grão desde o início do século XXI, chegando a absorver, em alguns anos, mais de 70% das vendas externas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Figura 2 - Fluxos de Exportação da Soja Brasil - Mundo (2024)



Fonte: Comex Stat (2024). Elaboração própria (2025).

A leitura cartográfica dos fluxos globais de exportação da soja brasileira em 2024 (Figura 2), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços (MDIC), evidencia uma inserção externa fortemente concentrada no mercado chinês, resultado de uma construção histórica e estratégica dessa relação. Nesse ano, o Brasil exportou aproximadamente US\$ 42,9 bilhões em soja em grão, dos quais cerca de US\$ 31,4 bilhões tiveram como destino a China, correspondendo a mais de 73% do total, enquanto os demais mercados absorveram parcelas menores e fragmentadas. Esse padrão espacial revela uma estrutura de circulação concentrada no corredor Brasil–China, associada à organização logística, à infraestrutura portuária e às estratégias comerciais consolidadas ao longo do tempo, sem configurar, contudo, uma relação unilateral, uma vez que a China diversifica suas origens de abastecimento no âmbito de sua estratégia de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que o Brasil amplia sua inserção nos circuitos globais de exportação.

Essa centralidade chinesa decorre do papel estratégico da soja na política de segurança alimentar da China. A elevada concentração proteica do grão e sua centralidade na produção de rações destinadas à suinocultura e à avicultura conferem à soja papel fundamental no abastecimento alimentar daquele país. Como destacam Espíndola e Cunha (2015), a China optou por externalizar a produção de grãos, preservando suas terras para culturas estratégicas, o que ampliou sua dependência de fornecedores externos, entre os quais o Brasil assumiu posição privilegiada.

Todavia, essa relação é marcada por profundas assimetrias na divisão internacional do trabalho. Conforme demonstra Hettwer (2023, p. 130), “no Brasil, parte da produção de soja é consumida no país, mas significativamente dirigida ao mercado estrangeiro, principalmente em grão, ou em farelo”, sendo esse produto “substancialmente usado para ração animal, especialmente no oriente asiático e no continente europeu”. Essa configuração evidencia um padrão de inserção internacional baseado predominantemente na exportação de produtos primários, no qual as etapas de maior agregação de valor permanecem concentradas fora do território nacional, reforçando a especialização primária e a dependência estrutural do país no comércio global de commodities.

Essa integração assimétrica implica riscos geoeconômicos relevantes. A elevada concentração do mercado exportador expõe o Brasil a oscilações na demanda chinesa, a disputas geopolíticas, a barreiras sanitárias e a mudanças estratégicas na política de abastecimento daquele país. Além disso, a infraestrutura logística brasileira passa a operar, em grande medida, como um apêndice funcional da economia chinesa, orientando investimentos territoriais segundo uma lógica externa (Elias, 2021; Espíndola; Cunha, 2022).

Nesse contexto, a elevada concentração da soja brasileira em um único mercado

comprador configura uma vulnerabilidade geoeconômica de caráter estrutural, ainda que não se manifeste de forma imediata no curto prazo, especialmente diante da atual aproximação diplomática entre Brasil e China. Em uma perspectiva de médio e longo prazo, contudo, essa dependência amplia a exposição do país a mudanças nas estratégias chinesas de abastecimento, a reconfigurações geopolíticas globais e a inflexões na política comercial internacional. Assim, o panorama geoeconômico da soja no Brasil expressa uma contradição entre força e fragilidade: o setor sustenta a balança comercial, dinamiza regiões e projeta o país no sistema alimentar global, mas o faz por meio de uma inserção internacional concentrada, dependente e potencialmente vulnerável, da qual emergem os principais impasses estratégicos do agronegócio da soja.

É nesse contexto que se busca examinar como a elevada concentração do mercado exportador, a especialização primária e a subordinação logística a dinâmicas externas tensionam a autonomia econômica e territorial do país, ao mesmo tempo em que se discutem alternativas capazes de reduzir riscos, ampliar margens de manobra estratégica e fortalecer a capacidade de adaptação do Brasil frente às transformações em curso no sistema internacional. Trata-se, portanto, de avançar da leitura estrutural para uma reflexão propositiva sobre os desafios e possibilidades da geoeconomia da soja no cenário contemporâneo.

Impasses estruturais e perspectivas estratégicas do agronegócio da soja no Brasil

A observação sistemática dos fluxos comerciais, das estruturas produtivas e das estratégias estatais envolvidas na cadeia da soja permite identificar com maior nitidez o cerne da relação geoeconômica estabelecida entre Brasil e China nas últimas décadas. Longe de se tratar de uma parceria simétrica entre dois polos equivalentes do sistema internacional, essa relação revela uma interdependência profundamente desigual, na qual os benefícios econômicos imediatos convivem com fragilidades estruturais de longo prazo, sobretudo para o lado brasileiro. Enquanto a China se vale da soja como instrumento funcional de sua política de segurança alimentar e de sua estratégia de inserção soberana no comércio internacional, o Brasil permanece fortemente dependente da exportação de um produto primário, com baixo grau de processamento e reduzida capacidade de comando sobre os elos mais sofisticados da cadeia global.

Essa assimetria não anula os ganhos econômicos auferidos pelo Brasil, mas impõe limites claros à sua autonomia estratégica. Como ressaltam Espíndola e Cunha (2022), a

dependência brasileira em relação ao mercado chinês é qualitativamente distinta daquela observada do lado asiático. A China depende do Brasil como fornecedor relevante, porém substituível, inserido em uma estratégia deliberada de diversificação de origens que inclui, além do Brasil, os Estados Unidos e a Argentina. Já o Brasil depende da China como principal compradora líquida de sua principal commodity agrícola, condição que reduz sua margem de manobra diante de choques externos, disputas geopolíticas ou mudanças abruptas na política chinesa de abastecimento.

A elevada concentração das exportações brasileiras de soja em um único destino configura o primeiro grande eixo de vulnerabilidade. Ao longo da última década, a China respondeu por parcelas que frequentemente ultrapassaram dois terços do total exportado de soja em grão pelo Brasil, consolidando uma relação de forte dependência comercial.

Esse risco é potencializado pela natureza das commodities agrícolas, caracterizadas por elevada volatilidade de preços e por sensibilidade acentuada a variações na demanda global. Conforme destaca Cunha (2020), oscilações relativamente pequenas no mercado internacional podem produzir efeitos amplificados sobre economias fortemente especializadas, comprometendo não apenas o desempenho externo, mas também a arrecadação fiscal, os níveis de investimento e a estabilidade econômica das regiões produtoras.

A esse risco econômico soma-se uma dimensão político-sanitária cada vez mais relevante. Em um contexto de crescente instrumentalização do comércio internacional, barreiras fitossanitárias e exigências técnicas têm sido utilizadas como mecanismos de pressão geopolítica. Embora a soja brasileira tenha enfrentado menos restrições do que outros produtos agropecuários, a literatura demonstra que países excessivamente dependentes de um único mercado comprador tornam-se mais vulneráveis a esse tipo de constrangimento, que pode ser acionado de forma seletiva e pouco transparente (Espíndola; Cunha, 2015).

Há ainda um risco de natureza estrutural, talvez o mais profundo e persistente, associado à primarização da pauta exportadora. A centralidade da soja reforça um padrão de inserção internacional baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado, reproduzindo uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Como observa Cunha (2020), a dependência crescente de commodities tende a limitar o desenvolvimento de capacidades industriais e tecnológicas, dificultando trajetórias de diversificação produtiva e comprometendo a soberania econômica de longo prazo.

Essa condição dialoga com as reflexões de Santos (1996), para quem a modernização

periférica, ainda que tecnicamente sofisticada, pode aprofundar desigualdades e dependências quando não acompanhada de controle nacional sobre os circuitos superiores da economia. No caso da soja, a elevada produtividade e o domínio tecnológico no campo não se traduzem automaticamente em maior poder de comando sobre a cadeia global.

Para compreender plenamente a assimetria da relação sino-brasileira, é indispensável analisar o destino final da soja exportada pelo Brasil e seu papel na estratégia alimentar chinesa. A China não atua apenas como grande consumidora, mas como principal polo mundial de processamento do grão. A maior parte da soja importada é esmagada internamente, resultando na produção de óleo vegetal para consumo humano e, sobretudo, de farelo proteico destinado à alimentação animal.

Esse farelo constitui a base nutricional do maior rebanho suíno do planeta e de uma avicultura em rápida expansão, setores centrais para o abastecimento alimentar chinês. Assim, a soja brasileira está diretamente associada à profunda transformação dos padrões alimentares da população chinesa, marcada pelo aumento do consumo de proteínas de origem animal em decorrência da urbanização acelerada e da elevação da renda per capita (Espíndola; Cunha, 2015).

A estratégia chinesa de segurança alimentar, conforme analisam Espíndola e Cunha (2022), baseia-se na preservação de suas terras agricultáveis para culturas consideradas estratégicas, como arroz e trigo, ao mesmo tempo em que externaliza a produção de grãos destinados à ração animal. Nesse arranjo, o Brasil assume o papel de fornecedor de matéria-prima, transferindo fertilidade do solo, recursos hídricos e capacidade de suporte ambiental para atender a uma demanda externa altamente concentrada.

Nesse sentido, a exportação de soja em grão representa mais do que uma transação comercial convencional. Trata-se da exportação indireta de território, trabalho e natureza, cujo valor agregado é apropriado majoritariamente fora do país. Como argumenta Elias (2021), o agronegócio exportador transforma extensas porções do território nacional em plataformas produtivas voltadas ao exterior, subordinando o uso da terra, a organização do espaço e as políticas públicas a interesses exógenos.

Essa dinâmica reforça a assimetria da relação sino-brasileira. Enquanto a China controla os elos industriais, logísticos e comerciais mais sofisticados da cadeia, utilizando a soja como instrumento de política econômica e alimentar, o Brasil permanece concentrado nas etapas iniciais, mais expostas à concorrência internacional e à volatilidade dos mercados.

Diante disso, a construção de resiliência geoeconômica emerge como imperativo

estratégico. Não se trata de romper com o mercado chinês, cuja importância é inegável, mas de reduzir a vulnerabilidade associada à concentração excessiva e à especialização primária. Isso implica reconhecer os limites do modelo atual e avançar na formulação de alternativas capazes de ampliar a autonomia decisória do país.

O primeiro eixo fundamental diz respeito à diversificação de mercados. A redução da dependência relativa da China exige o fortalecimento de relações comerciais com outros polos importadores. A União Europeia, apesar de impor exigências ambientais e sanitárias mais rigorosas, apresenta demanda crescente por soja certificada e rastreável. De modo semelhante, economias do Sudeste Asiático e países africanos em processo de urbanização configuram mercados potenciais de médio e longo prazo. A concretização dessa estratégia demanda diplomacia comercial ativa, investimentos em certificações e adequações regulatórias, bem como maior coordenação entre Estado e setor privado (Espíndola; Cunha, 2022).

O segundo eixo, de caráter estrutural, refere-se à agregação de valor e à inovação produtiva, cuja efetivação no Brasil enfrenta limites institucionais relevantes. O desafio central consiste em superar a exportação de soja em grão, ampliando a capacidade nacional de processamento e a diversificação de derivados, movimento condicionado por um arcabouço regulatório que historicamente favorece a exportação de produtos primários, em especial a Lei Kandir, ao isentar de tributação as commodities e tornar economicamente mais atrativa a exportação da soja in natura. Ainda assim, a expansão do esmagamento doméstico, a produção de proteínas vegetais, insumos industriais, biocombustíveis avançados e alimentos processados configuram caminhos estratégicos para a retenção de maior parcela da renda gerada pela cadeia e para a criação de empregos mais qualificados, desde que acompanhados por políticas públicas capazes de reequilibrar os incentivos produtivos (Cunha, 2020; Von Dentz, 2018).

Paralelamente, a inovação tecnológica deve incorporar, de forma crescente, atributos relacionados à sustentabilidade ambiental e social. Em um contexto internacional marcado pela valorização de critérios ambientais, sociais e de governança, aspectos como rastreabilidade, redução da pegada de carbono e preservação ambiental tendem a assumir papel estratégico. As pressões ambientais que hoje recaem sobre o agronegócio brasileiro podem ser convertidas em diferencial competitivo, desde que acompanhadas de políticas públicas consistentes e governança territorial eficaz.

A crítica ao modelo atual, portanto, não constitui uma negação do agronegócio da soja, mas um chamado à reflexão estratégica. O êxito econômico alcançado pelo setor representa

uma base material relevante, mas insuficiente para garantir desenvolvimento de longo prazo. Sem enfrentar os impasses da dependência comercial, da primarização produtiva e da vulnerabilidade geoeconômica, o Brasil corre o risco de perpetuar uma inserção subordinada no sistema internacional.

O desafio que se coloca é transformar o sucesso da soja em alavanca para um salto qualitativo no desenvolvimento nacional, articulando política agrícola, política industrial, política logística e política externa. A resiliência da geoeconomia da soja brasileira dependerá, em última instância, da capacidade do país de redefinir sua estratégia de inserção internacional, equilibrando competitividade, autonomia e sustentabilidade em um cenário global cada vez mais instável, competitivo e politicamente tensionado.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu demonstrar que a relação sino-brasileira no mercado da soja transcende amplamente a dimensão de um fluxo comercial volumoso e bem-sucedido. Trata-se, antes, de um caso paradigmático das dinâmicas geoeconômicas contemporâneas, nas quais a circulação de commodities estratégicas articula interesses estatais, reorganiza territórios, redefine posições na divisão internacional do trabalho e produz formas específicas de dependência e poder. Ao longo do período analisado, compreendido entre 2000 e 2024, observou-se a trajetória do Brasil de um país emergente no mercado global da soja para a condição de fornecedor indispensável do sistema alimentar internacional, movimento indissociável da ascensão chinesa e de sua crescente demanda por grãos.

Essa ascensão produtiva e comercial brasileira, embora frequentemente celebrada como evidência de eficiência econômica e competitividade global, revela limites estruturais quando analisada sob a ótica da geoeconomia. Conforme evidenciado ao longo do trabalho, a interdependência construída entre Brasil e China é estruturalmente assimétrica. Para o Brasil, a China consolidou-se como mercado comprador central, praticamente insubstituível no curto prazo, respondendo por parcela crítica das receitas externas do agronegócio. Para a China, por sua vez, o Brasil configura-se como fornecedor estratégico e confiável, porém inserido em uma carteira deliberadamente diversificada de origens, que inclui Estados Unidos e Argentina, o que amplia a margem de manobra chinesa em contextos de instabilidade ou disputa geopolítica (Espíndola; Cunha, 2022).

Essa assimetria manifesta-se de forma clara na posição ocupada por cada país na

cadeia global de valor da soja. O Brasil permanece majoritariamente restrito às etapas primárias da produção, exportando o grão in natura, altamente sensível às oscilações de preços e à concorrência internacional. A China, ao contrário, concentra as fases de processamento, transformação industrial e consumo final, apropriando-se do valor agregado gerado pelo esmagamento, pela produção de farelo e óleo e pela incorporação da soja à sua estratégia alimentar e industrial. Como observa Cunha (2020), essa configuração reproduz um padrão clássico de especialização primária, no qual ganhos quantitativos de produção não se convertem automaticamente em maior autonomia econômica ou capacidade de comando sobre os circuitos globais.

Os riscos associados a essa configuração são múltiplos e tangíveis. A elevada concentração das exportações brasileiras em um único mercado expõe o país a choques de demanda decorrentes de desacelerações econômicas, reorientações estratégicas ou mudanças nos padrões alimentares chineses. Soma-se a isso a possibilidade de instrumentalização do comércio por meio de barreiras sanitárias e técnicas, utilizadas como mecanismos de pressão política em um sistema internacional cada vez mais marcado por disputas geoeconômicas. Além disso, a centralidade da soja na pauta exportadora brasileira reforça a primarização da economia, dificultando o avanço para setores industriais de maior complexidade tecnológica e maior capacidade de geração de empregos qualificados (Elias, 2021).

A análise do território e da logística revelou, ainda, que essas vulnerabilidades não se restringem ao plano abstrato da economia internacional, mas se materializam concretamente no espaço geográfico. Corredores de exportação, investimentos em infraestrutura e a própria organização produtiva de extensas regiões do país foram moldados para atender, com notável eficiência, a um fluxo altamente concentrado em direção ao mercado chinês. Como argumentam Elias e Pequeno (2007), o agronegócio exportador produz territórios funcionalizados, nos quais a lógica externa tende a se sobrepor às necessidades internas, aprofundando desigualdades socioespaciais e fragilizando alternativas de desenvolvimento regional mais diversificadas.

Diante desse quadro, o principal desafio que se coloca ao agronegócio e ao Estado brasileiros não é de ordem produtiva. A capacidade técnica, científica e organizacional do setor está amplamente comprovada, tanto pela liderança global em produção quanto pelos elevados níveis de produtividade alcançados. O desafio central é, antes de tudo, geoeconômico e industrial. Trata-se de redefinir a forma como o Brasil se insere nas cadeias globais de valor da soja, ampliando sua capacidade de capturar renda, reduzir

vulnerabilidades e exercer maior autonomia estratégica.

Os caminhos para essa redefinição passam por uma agenda dupla e articulada. No curto prazo, impõe-se a necessidade de uma diversificação comercial ativa, capaz de reduzir a concentração de riscos associada à dependência excessiva do mercado chinês. Isso envolve o fortalecimento de relações com outros polos importadores, a superação de barreiras sanitárias e a adaptação a exigências ambientais e regulatórias cada vez mais presentes no comércio internacional. No médio e longo prazos, o eixo decisivo reside na agregação interna de valor e na inovação, por meio da ampliação da capacidade nacional de processamento da soja, do desenvolvimento de derivados industriais e da incorporação de tecnologias voltadas à bioeconomia, à sustentabilidade e à transição energética (Von Dentz, 2018; Cunha, 2020).

Nesse sentido, a riqueza monumental gerada pela soja não pode permanecer circunscrita ao aumento contínuo da produtividade agrícola ou à expansão territorial da lavoura. Ela precisa ser reinvestida estrategicamente na superação dos gargalos logísticos, no fortalecimento da industrialização regional, no desenvolvimento tecnológico e na construção de capacidades produtivas mais complexas. Somente assim o Brasil poderá converter a força de seu agronegócio em um projeto nacional de desenvolvimento mais equilibrado, sustentável e soberano.

Permanecer como grande exportador de fertilidade, recursos naturais e trabalho incorporado em commodities primárias, ou utilizar essa posição privilegiada como alavanca para posicionar-se de forma mais autônoma e qualificada no sistema internacional. O futuro da soja brasileira, portanto, não é apenas uma questão agrícola ou comercial, mas um tema central do debate sobre desenvolvimento, soberania e inserção internacional no século XXI. A magnitude do grão exige, agora, uma estratégia à sua altura.

Referências

ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Anuário estatístico do complexo soja 2021**. São Paulo: ABIOVE, 2021. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Complexo soja: estatísticas e indicadores**. São Paulo: ABIOVE, 2021. Disponível em: <https://www.abiove.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre

prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 set. 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília, DF: MDIC, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro – 2020**. Piracicaba: Cepea/Esalq/USP, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **O agronegócio brasileiro: participação no PIB**. Piracicaba: Esalq/USP, 2021. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

COMEX STAT. **Sistema de estatísticas de comércio exterior**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de produção agrícola: soja**. Brasília, DF: Conab, 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CUNHA, Roberto César Costa. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. 2020. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

DALL'AGNOL, Amélio et al. **O complexo agroindustrial da soja brasileira**. Londrina: Embrapa Soja, 2007. (Circular Técnica, 43).

DATAVIVA. **Plataforma de visualização de dados econômicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: <https://dataviva.info/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2006.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 25, n. 2, e182640, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25–39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José; CUNHA, Roberto César. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 217–238, 2015. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v11i1.12692>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12692>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José; CUNHA, Roberto César. O desenvolvimento nacional e os agronegócios no Brasil pós-2003: uma leitura geoeconômica da cadeia produtiva da soja. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 164, p. 310–328, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.014>. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/170>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos José; CUNHA, Roberto César Costa. Os agronegócios no desenvolvimento econômico brasileiro. In: ALMADA, Jhonatan; PAULA, Luiz Fernando de; JABBOUR, Elias M. K. (org.). **Repensar o Brasil**. Rio de Janeiro: AMFG, 2020.

ESPÍNDOLA, Carlos José; CUNHA, Roberto César; JABBOUR, Elias Khalil. Trajetória da tropicalização da soja: desempenho econômico e a demanda chinesa. **Revista Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 55–80, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/rel.v15i30.18785>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18785>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HETTWER, Henrique Rudolfo. O ciclo da soja e a divisão internacional do trabalho: análise de pactos e impactos diante da reprimarização, desindustrialização e desnacionalização brasileira. **Ágora**, v. 25, n. 2, p. 120–150, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/agora.v25i2.18622>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/18622>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas nacionais trimestrais: 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – PAM 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes (2000–2024)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

JABBOUR, Elias; ESPÍNDOLA, Carlos José. **Geoeconomia, dependência e agronegócio no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

JIA, Nan et al. Global soybean trade intensifies the impacts of dietary transition on human mobility. **iScience**, v. 28, p. 112426, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.isci.2025.112426>. Disponível em: [https://www.cell.com/iscience/fulltext/S2589-0042\(25\)00274-4](https://www.cell.com/iscience/fulltext/S2589-0042(25)00274-4). Acesso em: 10 dez. 2025.

KALYANARAMAN, S. War by other means: geoeconomics and statecraft, de Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris. **Strategic Analysis**, v. 41, n. 6, p. 591–594, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/09700161.2017.1377897>. Disponível

em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09700161.2017.1377897>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Pedro Abel et al. (org.). **Geopolítica do alimento**: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade. Brasília, DF: Embrapa, 2019. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1114767/1/GEOPOLITICAALIMENTOed042019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

VON DENTZ, Eduardo. **Dinâmica espacial da acumulação de capital do agronegócio**: o caso do Mato Grosso. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

AUTORES

Francisco Moacir de Saboia Filho

Mestrando em Geografia. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza (CE), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8986-2217>

E-mail: moacirsaboia@gmail.com

Iara Rafaela Gomes

Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza (CE), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3459-580X>

E-mail: iara.gomes@ufc.br